

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	27
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	30
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	314.081.529
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>314.081.529</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
1	Ativo Total	1.128.879	743.028
1.01	Ativo Circulante	4.281	29.781
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.139	86
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	28.731
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	28.731
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	28.731
1.01.03	Contas a Receber	11	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.050	864
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.050	864
1.01.07	Despesas Antecipadas	81	100
1.02	Ativo Não Circulante	1.124.598	713.247
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	594	461
1.02.01.06	Tributos Diferidos	594	461
1.02.03	Imobilizado	1.114.350	703.807
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.114.350	703.807
1.02.04	Intangível	9.654	8.979
1.02.04.01	Intangíveis	9.654	8.979

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2013</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2012</b>
2	Passivo Total	1.128.879	743.028
2.01	Passivo Circulante	214.376	345.755
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.092	1.153
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.092	1.153
2.01.02	Fornecedores	18.731	11.856
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.731	11.856
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.178	3.047
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.602	1.965
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	197	322
2.01.03.01.02	INSS	1.308	1.435
2.01.03.01.03	Outros	97	208
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.683	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	893	1.082
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	160.409	307.477
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	160.409	307.477
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	160.409	307.477
2.01.06	Provisões	28.966	22.222
2.01.06.02	Outras Provisões	28.966	22.222
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	28.966	22.222
2.02	Passivo Não Circulante	601.778	245.251
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	402.278	212.690
2.02.01.02	Debêntures	402.278	212.690
2.02.02	Outras Obrigações	190.379	19.379
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.379	3.379
2.02.02.02	Outros	187.000	16.000
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	187.000	16.000
2.02.04	Provisões	9.121	13.182
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	439
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	0	439
2.02.04.02	Outras Provisões	9.121	12.743
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	9.121	12.743
2.03	Patrimônio Líquido	312.725	152.022
2.03.01	Capital Social Realizado	314.081	153.081
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.356	-1.059

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-228	-430	-263	-558
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-228	-430	-263	-558
3.06	Resultado Financeiro	0	0	0	-2
3.06.02	Despesas Financeiras	0	0	0	-2
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-228	-430	-263	-560
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	71	133	0	0
3.08.02	Diferido	71	133	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-157	-297	-263	-560
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-157	-297	-263	-560
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00100	0,00200	-0,00200	-0,00400
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,00000	0,00000	-0,00200	-0,00400

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-157	-263	-263	-560
4.03	Resultado Abrangente do Período	-157	-263	-263	-560

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-350	-792
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-350	-471
6.01.01.01	Prejuízo do período	-297	-560
6.01.01.02	Depreciação e amortização	80	89
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição diferidos	-133	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	0	-321
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	0	-321
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-336.438	-199.015
6.02.01	Aplicações em investimentos de curto prazo	28.911	26.974
6.02.02	Aplicações no imobilizado	-365.972	-225.902
6.02.03	Aplicações no intangível	623	-87
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	339.841	200.659
6.03.01	Integralização de capital	161.000	35.001
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital	171.000	13.000
6.03.03	Empréstimos tomados	442.804	268.395
6.03.04	Amortização e pagamento de juros de financiamento	-434.963	-115.737
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.053	852
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	86	541
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.139	1.393

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	153.081	0	0	-1.059	0	152.022
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	153.081	0	0	-1.059	0	152.022
5.04	Transações de Capital com os Sócios	161.000	0	0	0	0	161.000
5.04.01	Aumentos de Capital	161.000	0	0	0	0	161.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-297	0	-297
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-297	0	-297
5.05.02.06	Prejuízo do Período	0	0	0	-297	0	-297
5.07	Saldos Finais	314.081	0	0	-1.356	0	312.725



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	118.081	0	0	-526	0	117.555
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	118.081	0	0	-526	0	117.555
5.04	Transações de Capital com os Sócios	35.000	13.000	0	0	0	48.000
5.04.01	Aumentos de Capital	35.000	-35.000	0	0	0	0
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	48.000	0	0	0	48.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-560	0	-560
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-560	0	-560
5.05.02.06	Prejuízo do Período	0	0	0	-560	0	-560
5.07	Saldos Finais	153.081	13.000	0	-1.086	0	164.995

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012</b>
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-350	-469
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-350	-469
7.03	Valor Adicionado Bruto	-350	-469
7.04	Retenções	-80	-89
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-80	-89
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-430	-558
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-430	-558
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-430	-558
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	2
7.08.03.03	Outras	0	2
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-430	-560
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-430	-560

## Comentário do Desempenho

# Comentário do Desempenho

### Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o comentário do desempenho e as Informações Trimestrais – ITR's da Companhia relativos ao 3º trimestre de 2013, acompanhadas do parecer dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

### A Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. ("Alupar"), para construir e operar a Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes ("UHE Ferreira Gomes"), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 ("Leilão"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010. O Contrato de Concessão foi firmado em 09 de novembro de 2010, com a Ferreira Gomes Energia S.A. recebendo da União a outorga do direito de explorar o empreendimento por 35 anos.

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica, localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

A UHE Ferreira Gomes possuirá capacidade instalada de 252,0 MW, energia assegurada de 150,2 MW e está sendo construída no município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



## **Comentário do Desempenho**

### **Resultados Econômico-Financeiros**

A UHE Ferreira Gomes encontra-se em fase de construção, com previsão de entrada da operação comercial da 1ª. unidade geradora até 30 de dezembro de 2014, a 2ª unidade geradora no dia 28 de fevereiro de 2015 e a 3ª unidade geradora em 30 de abril de 2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

Desta forma, a Companhia não apura receitas provenientes de sua atividade operacional. Os recursos da mesma provém de aportes de capital do acionista Alupar Investimentos S.A. e de captações de recursos de terceiros.

Em função da Companhia não apurar lucro líquido no período, e como a UHE Ferreira Gomes está em fase de construção, não houve reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

## Notas Explicativas

### 1. Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes” ou a “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Doutor Cardoso de Melo nº1855, bloco I, 9º andar, sala G, Bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, e prevê a entrada da operação comercial da 1ª unidade geradora até 31 de dezembro de 2014, a 2ª unidade geradora no dia 28 de fevereiro de 2015 e a 3ª unidade geradora em 30 de abril de 2015 conforme o cronograma do contrato de concessão.

### 2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais da Companhia para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013, foram elaboradas conforme o Pronunciamento Técnico CPC – 21 (R1) Demonstrações Intermediárias e IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional e de reporte da Companhia é o real.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais.

A autorização para conclusão das informações trimestrais da Companhia foi efetuada através de Reunião de Diretoria no dia 08 de novembro de 2013.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2012 foram preparadas e apresentadas pela Companhia de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC, vigentes até 31 de dezembro de 2012. Exceto pela adoção dos novos CPCs vigentes a partir de 01 de janeiro de 2013, conforme descrito na nota explicativa 4.1. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações trimestrais – ITR do trimestre findo em 30 de setembro de 2013 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

### 4. Pronunciamentos novos ou revisados

#### 4.1. Pronunciamentos cuja adoção é obrigatória para 2013

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, que passaram a vigorar em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas informações trimestrais da Companhia.

## Notas Explicativas

### 4.2. Pronunciamentos do IFRS que ainda não estão em vigor

#### IFRS 9 – Instrumentos financeiros

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição da IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Em outubro de 2010, o IASB adicionou nesta norma os requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma e a alteração posteriormente efetuada são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação a IAS 39.

### 5. Caixa, equivalentes de caixa e investimento de curto prazo

	<u>Remuneração</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa</u></b>			
Fundo fixo		41	48
Banco conta movimento		470	5
Aplicações financeiras de liquidez imediata		2.628	33
		<u>3.139</u>	<u>86</u>
<b><u>Investimento de curto prazo</u></b>			
Aplicações financeiras	100,50% do CDI	-	28.731
		<u>-</u>	<u>28.731</u>

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente, onde a remuneração efetiva do CDB dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento mínimo, não ocorrendo portanto risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Investimentos de curto prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, realizadas com instituições do mercado financeiro nacional, sendo remunerados pela variação de 100,50% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2012.

### 6. Tributos e contribuições sociais

A Companhia efetuou retenções na fonte de impostos sobre serviços tomados de terceiros e antecipações, para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

## Notas Explicativas

### Ativo circulante

<u>Tributos e contribuições a compensar</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRRF	713	562
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	100	102
INSS	135	110
ISS	98	86
ICMS a compensar	4	4
	<u>1.050</u>	<u>864</u>

### Passivo circulante

<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
IRRF	197	322
ISS	893	1.082
INSS	1.308	1.435
ICMS	1.683	-
Outros	97	208
	<u>4.178</u>	<u>3.047</u>

## 7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia é tributada com base no lucro real e por estar em fase pré-operacional incorreu em prejuízo fiscal no período encerrado em 30 de setembro de 2013, e nos exercícios anteriores. Com base na expectativa de lucratividade futura, que deve ocorrer após o início de suas operações, reconheceu o ativo fiscal diferido, conforme demonstrativo a seguir:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Imposto de renda diferido sobre prejuízo fiscal	418	324
Contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal	176	137
	<u>594</u>	<u>461</u>

A recuperabilidade desses ativos está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia. Sendo assim a mesma prevê que a realização do IR/CSLL diferidos será integralmente no ano de 2015, ano em que o empreendimento entrará em plena operação.

## 8. Imobilizado

As adições ocorridas no ativo imobilizado no período findo em 30 de setembro de 2013 representam investimentos em materiais, equipamentos e serviços, destinados a construção e implantação da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, assim como os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O saldo de material em depósito refere-se a produtos e materiais diversos em estoque a serem alocados na obra. O imobilizado está constituído da seguinte forma:

## Notas Explicativas

	Taxas anuais de amortização	Saldo em 30/09/2013	Adições	Transferência	Baixas	Saldo em 31/12/2012
<b>Imobilizado em curso</b>						
Terrenos		15.276	3.322	-	-	11.954
Reservatórios, barragens e adutoras		43.355	116	20.326	-	22.913
Edificações, obras civis		375.570	129.716	35.813	-	210.041
Máquinas e equipamentos		107.002	6.834	77.863	-	22.305
Veículos		3.445	1.537	-	(33)	1.941
Móveis e utensílios		2.877	1.144	-	-	1.733
A ratear (1)		256.258	95.132	2.389	-	158.738
Juros capitalizados (3)		70.624	34.158	-	-	36.466
Programas socioambientais		49.090	6.820	-	-	42.270
Material em depósito		45.202	35.593	-	-	9.609
Adiantamento a fornecedor		98.974	90.556	(136.390)	-	144.808
Depósitos judiciais		460	95	-	-	365
Estudos e projetos (2)		46.217	5.634	-	-	40.583
<b>Total do imobilizado em curso</b>		<b>1.114.350</b>	<b>410.657</b>	<b>1</b>	<b>(33)</b>	<b>703.726</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Benefitorias em bens de terceiros		314	-	(1)	-	315
<b>Total do imobilizado em serviço</b>		<b>314</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>315</b>
<b>Total do imobilizado em serviço e curso</b>		<b>1.114.664</b>	<b>410.657</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>	<b>704.041</b>
<b>(-) Depreciação acumulada</b>						
Benefitorias em bens de terceiros	36%	(314)	(80)	-	-	(234)
<b>Total da depreciação acumulada</b>		<b>(314)</b>	<b>(80)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(234)</b>
<b>Total</b>		<b>1.114.350</b>	<b>410.577</b>	<b>-</b>	<b>(33)</b>	<b>703.807</b>

- (1) Imobilizado em curso – a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, serão rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.
- (2) Estudos e projetos: referem-se aos gastos incorridos com levantamentos topográficos, geodésicos, projetos executivos, hidráulicos dentre outros que fazem parte do projeto de implantação da usina.
- (3) Juros capitalizados: a Companhia agrega, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os juros capitalizados, até 30 de setembro de 2013, são de R\$ 70.624 (R\$ 36.466 até 31 de dezembro de 2012), líquido das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa. As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 11 (Empréstimos, financiamentos e debêntures).

Em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do valor do ativo imobilizado.

## 9. Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/2013	Adições	31/12/2012	Adições	31/12/2011
Licença de uso de software	533	52	481	139	342
Uso do bem público	9.121	623	8.498	1.128	7.370
<b>Total</b>	<b>9.654</b>	<b>675</b>	<b>8.979</b>	<b>1.267</b>	<b>7.712</b>

Uso do bem público - Como pagamento pelo Uso do Bem Público a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927. O início da amortização e a primeira parcela serão pagas a partir da operação comercial da primeira Unidade Geradora da UHE, atestada pela Fiscalização da ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR (Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado), o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão. O pagamento será atualizado anualmente ou com a periodicidade que a lei permitir, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.



## Notas Explicativas

A obrigação foi registrada no passivo não circulante em contra partida ao intangível a valor presente, decorrente da obtenção da Licença de Instalação do empreendimento. Os encargos sobre o correspondente passivo estão sendo capitalizados ao ativo em construção. A amortização do intangível iniciará quando a Companhia entrar em atividade operacional e será calculada de forma linear conforme o prazo da concessão.

## 10. Partes relacionadas

### 10.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a celebrar, com partes relacionadas, necessariamente são atendidos os preços e condições usuais de mercado, bem como será avaliada a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

Todas as transações entre partes relacionadas foram registradas nas condições usuais de mercado e pode ser assim demonstradas:

	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b><u>Ativo não circulante - Imobilizado conta adiantamento a fornecedores</u></b>		
Adiantamento a fornecedores - Bimetal Indústria Metalurgica Ltda (a)	102	-
Adiantamento a fornecedores - Alusa Engenharia S.A (b)	-	2.096
	<u>102</u>	<u>2.096</u>
<b><u>Passivo não circulante - contas credores diversos</u></b>		
Reembolso de despesas de implantação - Alupar Investimentos S.A (c)	3.379	3.379
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A	187.000	16.000
	<u>190.379</u>	<u>19.379</u>

a) No dia 14 de janeiro de 2013 foi celebrado Contrato de fornecimento de torres metálicas para a Linha de Transmissão com a coligada Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda . Em 30 de setembro de 2013 o montante pago desse contrato totalizava R\$3.467.

(b) Contrato de Empreitada Total e Prazo Determinado celebrado com a coligada Alusa para administração e execução de obras civis compreendendo a execução das estruturas de concreto vertedouro, tomada d'água, casa de força e área de montagem. Em 30 de setembro de 2013 o montante pago totalizava R\$306.963.

c) Para desenvolver o projeto inicial da Companhia a acionista Alupar Investimentos S.A incorreu em custos com contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo e após a autorização/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos foram transferidos para a controlada Ferreira Gomes Energia que reembolsará sua Controladora.

### 10.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

## Notas Explicativas

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Valor do contrato	Início do contrato	Encerramento do contrato	Saldo devedor do contrato em 30/09/2013
26/12/12	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Financiamento - BNDES - contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente Direitos Creditários Contratos de Compra e Venda de Energia Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M e Conta Seguradora.	470.610	28/12/12	15/04/31	405.389
13/06/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	161.000	05/05/11	01/10/13	10.659
26/08/11	Conselho de Administração	Ferreira Gomes	Alupar	Debêntures - 2a Emissão	Prestação de Garantias (Aval)	200.000	30/05/12	30/05/14	161.083

### 10.3 Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração.

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração. A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012, a remuneração foi conforme segue:

	30/09/2013	30/09/2012
Benefícios de curto prazo (a)	583	533
Benefícios pós-emprego (b)	4	-
Outros benefícios de longo prazo (c)	396	43
<b>Total</b>	<b>983</b>	<b>576</b>

a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);

b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;

c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;

## 11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	30/09/2013			31/12/2012		
	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
<b>Moeda nacional - circulante</b>						
Banco Sumitomo	-	-	-	29.400	366	29.766
BNDES	-	-	-	110.680	1.554	112.234
1º emissão de Debêntures	-	-	-	150.000	16.482	166.482
2º emissão de Debêntures	147.000	14.083	161.083	-	-	-
(-) Custo de captação - a amortizar	(674)	-	(674)	(1.005)	-	(1.005)
<b>Total</b>	<b>146.326</b>	<b>14.083</b>	<b>160.409</b>	<b>289.075</b>	<b>18.402</b>	<b>307.477</b>
<b>Moeda nacional - não circulante</b>						
BNDES - Subcrédito A	201.575	3.077	204.652	-	-	-
BNDES - Subcrédito B	79.782	1.218	81.000	-	-	-
BNDES - Subcrédito C	4.057	62	4.119	-	-	-
BNDES - Subcrédito D	115.009	609	115.618	-	-	-
2º emissão de Debêntures	-	-	-	200.000	13.538	213.538
(-) Custo de captação - a amortizar	(3.111)	-	(3.111)	(848)	-	(848)
<b>Total</b>	<b>397.312</b>	<b>4.966</b>	<b>402.278</b>	<b>199.152</b>	<b>13.538</b>	<b>212.690</b>

## Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data das informações trimestrais.

Em 15 de julho de 2011 foi feito o empréstimo do Banco Sumitomo com encargo de 114,50% do CDI e vencimento em 01 de fevereiro de 2012, no dia 31 de outubro de 2012 foi assinado o último aditamento do contrato nº 06 prorrogando o vencimento e taxa de juros do contrato que estava sujeito ao encargo de 118% do CDI. Em 01 de fevereiro de 2013 foi quitado esse contrato.

Em novembro de 2011 foi efetuada a emissão de R\$ 150.000 em debêntures simples não conversíveis em ações da Emissora com valor nominal unitário de R\$ 1.000. A remuneração das debêntures contemplava juros remuneratórios de 115% de variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia. As mesmas foram quitadas no dia 16 de abril de 2013.

Em 26 de setembro de 2012, a Companhia celebrou o contrato nº 12.2.0908.1, no montante de R\$ 121.724, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES corrigidos à taxa de juros de longo prazo - TJLP + de 2,4% ao a.a. Destes, R\$110.680 foram liberados no dia 26 de outubro de 2012 e R\$ 11.044 em 29 de janeiro de 2013. Em 15 de abril de 2013 o empréstimo foi integralmente quitado.

Em 22 de março de 2013 a Companhia captou junto ao Banco Itau BBA a quantia de R\$ 40.000, corrigido pelo CDI + 1,33%. Em 17 de abril de 2013 o mesmo foi quitado.

Em 30 de maio de 2012, foi efetuada a segunda emissão de R\$ 200.000 em debêntures simples, não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 10, os recursos das debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 18 de julho de 2012. Em 16 de abril de 2013 foram quitados R\$ 53.000.

A remuneração das debêntures contempla juros de 5,95% ao ano, incidentes sobre o valor unitário atualizado pelo IPCA, base 252 dias úteis, calculado na forma prevista na escritura, com vencimento em 30 de maio de 2014.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas com base nas informações financeiras da Fiadora (Alupar Investimento S.A.) A fiadora da Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado para cumprimento dos índices (covenants) previstos no contrato. Em 30 de setembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, estes índices estavam em período de carência.

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610, sendo que nos dias 15 de abril de 2013 e 25 de junho de 2013 houve a liberação parcial de R\$ 336.000 e R\$ 59.336, respectivamente, sendo que o restante será liberado futuramente. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C) com vencimento em 15 de abril de 2031 e 2,50% ao ano + TJLP (referente ao subcrédito D) com vencimentos em 15 de dezembro de 2022. Os juros apurados serão capitalizados trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015, em julho de 2013 foi capitalizado o montante de R\$ 5.087 ao principal até 30 de setembro de 2013.

Subcrédito	Finalidade	Contrato	Saldo Liberado	Principal	Juros
Subcrédito A	Investimentos Gerais UHE FG	198.420	198.420	201.575	3.077
Subcrédito B	Investimentos Gerais UHE FG	78.540	78.540	79.782	1.218
Subcrédito C	Instalações de Transmissão UHE FG	9.500	4.013	4.057	62
Subcrédito D	Aquisição de Máquinas e Equipamentos	181.850	114.363	115.009	609
Subcrédito E	Investimentos Sociais	2.300	-	-	-
	Total	<b>470.610</b>	<b>395.336</b>	<b>400.423</b>	<b>4.966</b>

As garantias dadas em função do contrato estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes



## Notas Explicativas

	<u>Principal</u>	<u>(-) Custo de captação - a amortizar</u>	<u>Total</u>
2015	22.128	(130)	21.998
2016	33.191	(194)	32.997
2017	33.191	(194)	32.997
2018	33.191	(519)	32.673
após 2018	283.688	(2.074)	281.614
	<b>405.389</b>	<b>(3.111)</b>	<b>402.278</b>

### 12. Provisão para gastos ambientais

A Companhia realiza investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. Assim a Companhia reconheceu contabilmente uma provisão para gastos ambientais, advinda de obrigações presentes legais e de prováveis realizações. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço e foram suportados pelo orçamento gerenciado da área ambiental da Companhia. A contrapartida pela constituição dessas provisões, foram registradas na rubrica ativo imobilizado em curso.

### 13. Patrimônio líquido

Em 18 de fevereiro de 2013 e em 20 de junho de 2013 a Companhia aumentou seu capital social em R\$ 13.000 e R\$ 148.000 (representado pela emissão de 13.000.000 e 148.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal), respectivamente. Em 30 de setembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado passou a ser de R\$ 314.081, (R\$ 153.081 em 31 de dezembro de 2012), representando por 314.081.529 ações ordinárias nominativas sem valor nominal (153.081.529 ação em 31 de dezembro de 2012). O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2013 era de R\$ 360.000 até o limite de 360.000.000 ações ordinárias.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

	<u>Quantidades de ações</u>	
	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Alupar Investimento S.A.	314.081.528	153.081.528
Membros do conselho de administração	<u>1</u>	<u>1</u>
	<b><u>314.081.529</u></b>	<b><u>153.081.529</u></b>

### 14. Resultado por ação

O cálculo do prejuízo líquido por ação para os períodos findos em 30 de setembro de 2013 e 2012 está abaixo demonstrado:

## Notas Explicativas

	<u>30/09/2013</u>	<u>30/09/2012</u>
<b>Numerador</b>		
Prejuízo líquido do período	(297)	(560)
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	<u>243.439.435</u>	<u>141.861.353</u>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação ordinária</b>	<u><b>(0,001)</b></u>	<u><b>(0,004)</b></u>

### 15. Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e no julgamento de nossa administração, sendo que são provisionados os valores relativos aos processos que entendemos ser de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor da causa supere o valor atualizado de R\$ 1.000 e/ou seja, significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor envolvido. Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

**(A) Perda provável:** Em 30 de setembro de 2013 não existem demandas judiciais ou administrativas de natureza fiscal, cível, trabalhista, arbitrais ou ambientais com risco de perda provável, que individualmente, na avaliação da Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, sejam consideradas relevantes para os negócios.

**(B) Perda possível:** Embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, os quais a Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constitui nenhuma provisão para o período findo em 30 de setembro de 2013 e que merecem destaques são:

**(i) Demandas Fiscais:** Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza que, individualmente sejam consideradas relevantes para os negócios.

**(ii) Demandas Cíveis:**

- Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá. O valor atualizado aproximado é de R\$ 1.596 e trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental;
- Ação de Execução nº 01687157920128260100 referente a contrato de prestação de serviços. O valor atualizado aproximado de R\$ 1.520 e trata-se de rescisão de contrato, pois a contratada não cumpriu todos os itens previstos em contrato
- Ação de Execução nº 01687149420128260100 referente a contrato de prestação de serviço. O valor atualizado aproximado de R\$ 2.326 e trata-se de rescisão de contrato, pois a contratada não cumpriu todos os itens previstos em contrato.

**(iii) Demandas Trabalhistas:** Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza que, individualmente sejam consideradas relevantes para os negócios.

**(iv) Demandas Arbitrais:** Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza que, individualmente sejam consideradas relevantes para os negócios.

## Notas Explicativas

**(v) Demandas Ambientais:** Existe uma ação civil pública de natureza ambiental, na qual a Companhia figura na qualidade de réu (litisconsorte), com risco possível de perda, que se encontram mencionadas no item “B”, parte “ii”.

## 16. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### 16.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

Encontra-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações trimestrais.

	30/09/2013		31/12/2012		Critério de avaliação	Classificação
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	3.139	3.139	86	86	Valor justo	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	-	-	28.731	28.731	Valor justo	Disponíveis para venda
	<u>3.139</u>	<u>3.139</u>	<u>28.817</u>	<u>28.817</u>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	18.731	18.731	11.856	11.856	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	562.687	562.687	520.167	520.167	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
	<u>581.418</u>	<u>581.418</u>	<u>532.023</u>	<u>532.023</u>		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

### 16.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

BNDES: em decorrência desse contrato não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico [www.debentures.com.br](http://www.debentures.com.br) é próximo ao valor contábil.

As debêntures da Companhia não estão precificadas no mercado ativo. A Companhia, com base nas debêntures do Grupo com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 30 de setembro de 2013.

### 16.3 Hierarquia do valor justo

## Notas Explicativas

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II– outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III– técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	<b>Mensuração do valor justo</b>	
	<b>Nível I</b>	
	<b>30/09/2013</b>	<b>31/12/2012</b>
<b><u>Ativos avaliados ao valor justo</u></b>		
Caixa e equivalentes de caixa	3.139	86
Investimentos de curto prazo	-	28.731
	<u>3.139</u>	<u>28.817</u>
<b><u>Passivo</u></b>		
Fornecedores	18.731	11.856
Empréstimos, financiamentos e debêntures	562.687	520.167
	<u>581.418</u>	<u>532.023</u>

No período findo em 30 de setembro de 2013, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

### 16.4. Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

### 16.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

#### Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2013, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de setembro de 2013, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.



## Notas Explicativas

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro 2013 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

### Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

		30/09/2013				
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)		2.628				
Indexador	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
	4,17%	6,26%	8,34%	10,43%	12,51%	
<b>Operação</b>						
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI	110	164	219	274	329

## 16.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

### Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 27 de setembro de 2013, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 30 de setembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
Taxa de juros a.a.	Posição em 30/09/2013 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
2º emissão de debêntures	IPCA + 5,95%	147.000	4,17% 15.241	6,26% 18.488	8,34% 21.736	10,43% 24.983	12,51% 28.230
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social subcrédito (A, B e C)	TJLP + 2,34%	285.414	4,17% 18.859	6,26% 24.949	8,34% 31.039	10,43% 37.129	12,51% 43.219
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social subcrédito (D)	TJLP + 2,50%	115.009	7.791	10.249	12.707	15.165	17.623

(\*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

## 16.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

### Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está relacionada a rubrica de caixa e equivalente de caixa. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

### Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

## Notas Explicativas

### Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

### Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O total da dívida de empréstimo em longo prazo será amortizado a partir de 2015, período o qual a Companhia estará em fase operacional e utilizará as receitas de operação para amortização da dívida.

	<u>Menos de 3 meses</u>	<u>De 3 a 12 meses</u>	<u>De 1 a 2 anos</u>	<u>De 2 a 5 anos</u>	<u>Mais que 5 anos</u>
Fornecedores	17.064	302	19	1.346	-
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	-	-	21.907	99.042	281.329
Debêntures	-	160.409	-	-	-
<b>Total</b>	<b>17.064</b>	<b>160.711</b>	<b>21.926</b>	<b>100.388</b>	<b>281.329</b>

### Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

A Companhia está com as obras em andamento e a estrutura de capital foi aquela determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

A Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação e necessitará de recursos financeiros que serão providos por meio de aportes de capital pelos seus acionistas e de captações de recursos de terceiros em montantes significativos para a conclusão da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser compensados pelas receitas de operações futuras.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal que proporcione a maximização da criação de valor para os acionistas. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo

## Notas Explicativas

capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

### 17. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada e educação continuada.

### 18. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

<u>Risco/Objeto</u>	<u>Importância segurada</u>	<u>Prêmio</u>	<u>Término vigência</u>
Seguro para garantir a ANEEL as obrigações assumidas no Contrato de Concessão nº 02/2010 - MME -UHE	28.375	952	31/07/2015
Riscos de engenharia	907.000	3.570	20/03/2015
Riscos de responsabilidade de civil geral	80.000	330	30/04/2015
<b>Total</b>	<b>1.015.375</b>	<b>4.852</b>	

### 19. Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

### 20. Compromissos

Até 30 de setembro de 2013 a Companhia havia contratado o montante de R\$ 823.455 junto a fornecedores de materiais e serviços para construção e implantação da UHE, deste montante, R\$ 757.968 já foram desembolsados, sendo o restante executado conforme cronograma do empreendimento. Em 31 de dezembro de 2012 os montantes eram de R\$ 631.534 e R\$ 472.505 respectivamente.

### 21. Eventos subsequentes

Nos dias 04, 07, 18 e 31 de outubro de 2013 e 08 de novembro de 2013 a Companhia recebeu a título de adiantamento para futuro aumento de capital da controladora Alupar Investimentos S.A os montantes de R\$ 2.000, R\$ 8.000, R\$ 10.000, R\$ 15.000 e R\$ 5.000 respectivamente.

\*\*\*

Contadora  
Danielle Santos  
CRC 1SP278429/O-1

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Diretores da  
Ferreira Gomes Energia S.A.  
São Paulo – SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ferreira Gomes Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Ênfase

#### Fase pré-operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa 1 às Informações Trimestrais, a Companhia vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, e necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montantes significativos, para a conclusão de sua usina hidrelétrica.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de novembro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti  
Contador  
CRC-1SP144343/O-3

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos diretores sobre as Informações Trimestrais - ITR

São Paulo, 08 de novembro de 2013

### **DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as Informações Trimestrais - ITR para o período findo em 30 de setembro de 2013.

---

José Luiz de Godoy Pereira  
Diretor Administrativo

---

Carlos Manuel da Silva Graça  
Diretor Técnico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaração dos diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

São Paulo, 08 de novembro de 2013.

### **DECLARAÇÃO**

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 ("Companhia"), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes para o período findo em 30 de setembro de 2013.

---

José Luiz de Godoy Pereira  
Diretor Administrativo

---

Carlos Manuel da Silva Graça  
Diretor Técnico